

UNIVERSIDADE, SABER E DESENVOLVIMENTO

AVELINO DE FREITAS DE MENESES
REITOR DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES (2003-2011)

1. O PODER DO CONHECIMENTO

No passado, as capacidades de acesso a recursos naturais e de acréscimo de níveis de produção constituíam o sustentáculo da riqueza das nações. Por isso, ao longo dos séculos, a construção dos impérios se baseou na conquista de fontes de matérias-primas, as mais das vezes por força das armas, e na disponibilidade de uma mão-de-obra abundante, muita dela de condição escrava. No presente, a situação é muitíssimo diversa. A chave da riqueza é agora o conhecimento. Por isso, diz-se que estamos na sociedade do conhecimento, pois é nele que assenta a prosperidade dos povos no advento do século XXI. Dito de uma outra forma, a chave da riqueza é afinal o Homem, através do seu ativo mais importante – o cérebro – donde brotam as ideias que alicerçam o processo ininterrupto da inovação.

A cultura, a ciência e a tecnologia são, portanto, as alavancas do desenvolvimento das pessoas, das regiões, dos países e das civilizações. Aliás, historicamente, está comprovada a existência de uma correlação positiva entre qualificação, o mesmo é dizer escolarização, e crescimento económico. De facto, em qualquer sector de atividade, os trabalhadores mais instruídos adaptam-se melhor à inovação e à competitividade, pelo que existe um nexo forte entre educação, produtividade, crescimento e modernização.

A valorização do capital humano é, por isso, uma prioridade. Vejamos o caso dos Açores, que possui uma aplicabilidade mais geral. Nos Açores, para debelar a atual crise, é preciso conhecer a História, porque nos transmite ensinamentos indispensáveis. Nos Açores, para debelar a atual crise, é preciso entender a nossa circunstância mais imediata, que é afinal todas as ilhas, ainda detentoras de um ambiente deveras singular, propício à exploração, com sustentabilidade, das potencialidades da terra, mas sobretudo do mar. Nos Açores, para debelar a atual crise, é preciso investir no essencial, o mesmo é dizer, na qualificação dos homens e das mulheres, porque antes de se alicerçar na riqueza da terra ou na expectativa do mar a economia de hoje

assenta no conhecimento. Daí a importância da Universidade, porventura, a maior fonte de indução de desenvolvimento nos Açores das últimas décadas. Por isso, por mais que nos custe, cumpre-nos a promoção da sua reforma permanente, para que jamais os seus professores e os seus estudantes percam capacidade de transformação da sociedade.

2. A MISSÃO DA UNIVERSIDADE

Nos Açores, a principal missão da Universidade consiste na criação e na transmissão de conhecimento, a melhor fonte de indução de desenvolvimento. A força da globalização obriga necessariamente à produção de um conhecimento universal. O sentido das circunstâncias obriga necessariamente à produção de um conhecimento específico. Assim, o maior êxito decorre da construção de um saber de aplicação geral, mas apropriado às condições físicas e culturais da insularidade. Aliás, o carácter da geografia a tanto obriga. Com efeito, em pouco mais de cinco séculos, apesar do isolamento natural, as ilhas estabeleceram afinidades entre mundos velhos e novos, contribuindo para a aproximação dos povos, das civilizações e dos continentes. Do mesmo modo, impera o sentido da história. De facto, logo depois do povoamento, apesar do apego à terra, uma emigração de gerações transferiu a maior comunidade de referência açoriana para partes da América, desde a embocadura do rio da Prata, a sul, até à costa da Terra Nova, a norte.

Por imperativo estatutário, é nosso dever a elevação dos níveis educativo, científico, técnico e cultural da Região. Esta função, dado o carácter dos Açores, uma amálgama de parcelas muito distintas, donde sobressai a diversidade sobre a unidade, ainda impõe à Universidade o cumprimento de uma tarefa assaz exigente: a promoção do avanço e a salvaguarda do equilíbrio, isto é, a edificação do progresso do todo – o arquipélago – e a redução das assimetrias das partes – as ilhas. Porém, os ditames do lugar e do tempo exigem, em simultâneo, o esboço de um programa de intervenção global, que demanda uma prática de cooperação com instituições universitárias e culturais estrangeiras.

Neste contexto, não há propriamente universidades regionais, detentoras de um objeto de estudo menor, que reverta na produção de uma sabedoria inferior. Pelo contrário, o dever das universidades consiste sempre na universalização do saber, mesmo que reportado à dimensão de um qualquer local. No entanto, muito importa a devida integração de universidades em regiões, que

possuam necessariamente por matriz da sua ação o sentido da história e o carácter da geografia, indispensável na individualização das melhores áreas de estudo e dos melhores meios de intervenção.

3. A UTILIDADE DA UNIVERSIDADE

Na sociedade do futuro, a escolarização é o principal meio de defesa do jovem cidadão, mesmo na ótica da relação com o mercado de trabalho. Aliás, se a frequência universitária e politécnica não resultar em ocupação útil de licenciados, de mestres e de doutores perde o essencial do seu sentido. Todavia, nas instituições de Ensino Superior, após um tempo de transição lento, e eventualmente traumático, alterou-se a missão de ensinar, pelo que urge que a comunidade entenda a nova missão das universidades e dos politécnicos no ato de ilustração dos cidadãos. Ao invés de outrora, a Universidade já não é um centro de emprego. De facto, hoje a Universidade é tão só um centro de formação. Isto não significa que as instituições de Ensino Superior tenham perdido utilidade social, porque se é certo que em Portugal, e por extensão nos Açores, um curso deixou de ser uma solução de vida, à semelhança do que há muito sucede na Europa e na América que pretendemos imitar, não é menos verdade que um curso é ainda um instrumento, cada vez mais indispensável, de construção de uma carreira, que depois exige uma prática de formação contínua e especializada.

A adaptação das mentalidades ao diverso enquadramento das universidades na nova sociedade do conhecimento avulta por prioritária. Na verdade, apesar da dificuldade da obtenção de colocações profissionais, pelo menos no desempenho de funções tidas, por tradição, como mais dignas da condição dos diplomados, há que dissipar qualquer desconfiança sobre a utilidade da formação superior. E porque? Porque ela beneficiará sempre a coletividade, através da obtenção evidente de patamares de maior desenvolvimento, fruto do acréscimo da qualificação dos cidadãos.

4. A ESTRATÉGIA DA UNIVERSIDADE

Na Europa, e necessariamente em Portugal, as tradições liberal, democrática e socialista dos séculos XIX e XX determinam a melhoria do sector público. Esta missão obriga à defesa do denominado estado social, a principal con-

quista civilizacional do pós-guerra, quiçá o melhor sistema de proteção comunitária do Mundo, fruto da humanização do capitalismo, resultante da pressão do então socialismo real. Todavia, o declínio da economia e o envelhecimento da população dificultam o cumprimento da missão protetora dos estados, que também fraquejam na capacidade de dinamização das sociedades. Assim, da iniciativa dos particulares, depende cada vez mais a obtenção de maior progresso.

Nesta conjuntura, o aprofundamento da correspondência com as empresas figura por instrumento capital da estratégia universitária. De facto, se o conhecimento e a inovação são as molas do desenvolvimento, certo é que a Universidade é a casa do conhecimento e a Empresa o albergue da inovação. Porém, a produção de conhecimento exige uma boa dose de inovação e o estímulo da inovação deriva da utilização do conhecimento. Daí a urgência da inter-relação entre as universidades e as empresas. Só com grande cooperação entre as universidades e as empresas é possível que o conhecimento produzido pelo sistema nacional de inovação tenha impacto significativo na economia. Só com grande cooperação entre as universidades e as empresas é possível a difusão de uma cultura de inovação que contribua para o aumento com sustentabilidade da competitividade empresarial. Este encontro de posições é inadiável, já que depois do predomínio e da liderança da administração pública, o setor privado assume agora maior dever de modernização da sociedade. Com efeito, vai longe, quiçá infelizmente muito longe, a crença no papel milagroso da atividade do Estado, típica do século XX, quando se exige que sobretudo estabeleça uma regulação justa e permanente. Ao mesmo tempo, é cada vez mais incerto e inseguro o trabalho por conta de outrem, pelo que cada vez mais se exige o acréscimo da iniciativa individual.

A relação entre as universidades e as empresas clama quotidianamente por uma relativa inversão de procedimentos, que se traduza em aprofundamento de diálogo e na concretização de medidas. Às empresas, exige-se uma maior abertura, que facilite a transferência de conhecimento e de tecnologia e a admissão de estudantes e de diplomados. Às universidades, exige-se uma mudança de atitude, para que os diplomados sejam mais promotores de empreendimento do que mendigos de empregos. Neste caso, se destituído do perverso dever de desresponsabilização das instituições e dos governos, o estímulo do empreendedorismo constitui um meio útil de difusão de uma cultura de iniciativa, antídoto do maior falhanço de Portugal, que reside na incapacidade da criação de emprego à margem do Estado, desde os tempos já longínquos do liberalismo oitocentista.

5. A OBRA DA UNIVERSIDADE

Criada em 1976, na sequência da revolução portuguesa de 1974 e aquando da institucionalização da Autonomia, a Universidade dos Açores participa no avanço do País, contribuindo para a transfiguração para muito melhor da face das ilhas. Além disso, ao cabo de mais de três décadas e meia, dispõe hoje de meios eficazes para o cumprimento da sua missão indeclinável de indutora de desenvolvimento, servidos por um novo sistema de avaliação e por uma nova política de qualidade.

Os recursos humanos constituem a essência das instituições, também da nossa. Aliás, historicamente, a Universidade surgiu na Europa medieval como agrupamento livre de estudantes e de professores. Afirmá-mos sempre, e com convicção, que os estudantes são a razão de ser da Universidade. Aliás, entre os propósitos de todas as instituições de Ensino Superior, figura em continuidade o objetivo da captação de mais alunos. A qualidade do ensino, da investigação e da extensão científica e cultural depende, entretanto, de um corpo de professores qualificado, indispensável ao incremento de todas estas atividades.

Sem a pretensão pacóvia da distinção da obra própria, tranquiliza-nos no decurso dos nossos dois mandatos, entre 2003 e 2011, dois registos: o aumento de cerca de 1 000 estudantes, equivalente a uma taxa de crescimento de aproximadamente 20%, que diz muito do sucesso da Universidade dos Açores, enquanto fator de qualificação das nossas gentes; o doutoramento da generalidade dos docentes da carreira universitária, na ordem de 96% do total, outro indicador de êxito institucional, que reverte em maior competência e disponibilidade.

As instalações não constituem a essência das instituições. Porém, a partir de 2011, ao cabo de 35 anos de projetos e de canseiras, a Universidade dos Açores passou a dispor, em Ponta Delgada, em Angra do Heroísmo e na Horta, de novos *campi*, que asseguram a matriz tripolar da sua criação, condizente com o progresso equilibrado da Região. Vistas agora as coisas, ressaltam os benefícios, resultantes da melhoria das condições de trabalho, que não de acrescer a produtividade, do apaziguamento de crispções entre ilhas, que por vezes minam a nossa ação, e da melhor correspondência da Universidade à sua própria natureza, pois é, cada vez mais, uma instituição dos Açores todos.

A denominada tripolaridade é um modelo obrigatório e justo de organização da Universidade dos Açores. Com efeito, considera a tradição histórica, pelo

menos a dos séculos XIX e XX, e respeita a fisionomia da natureza, caracterizada pela dispersão. Ao invés das suspeitas de discórdia, sempre identificávamos indícios de concórdia na consolidação da tripolaridade, ao ponto de considerá-la um projeto inequivocamente coletivo e consensual. Aliás, nos anos em que dirigimos a Universidade dos Açores, para ela contribuíram à cabeça os estudantes, os docentes e os funcionários do *campus* de Ponta Delgada, que abdicaram da reivindicação de benfeitorias, para que crescessem as novas instalações da Terceira e do Faial. Afinal, uma prova de que nas vivências insulares as causas justas ditam o triunfo da solidariedade sobre a rivalidade.

6. O FUTURO DA UNIVERSIDADE

A reflexão de um ex-reitor sobre o futuro da Universidade não constitui qualquer heresia, desde que não se traduza numa avaliação do exercício de quem governa, muito menos no condicionamento dos projetos de quem deseja vir a governar.

A persistência da utilidade da ação universitária no desenvolvimento dos Açores exige ponderação. A Escola, do pré-primário ao secundário, falhou por aceitar funções que competem à sociedade e à família. A Universidade falhará também se assumir responsabilidades que pertencem aos governos. A sociedade exige, entretanto, da universidade o reconhecimento da utilidade do conhecimento. É naturalmente uma reclamação justa. No cumprimento de tal propósito, sobressaem três procedimentos: a transmissão de conhecimentos, a exercitação do pensamento e o estímulo da iniciativa. Todos eles são indispensáveis ao efetivo cumprimento de importantes desafios: o da qualificação das gentes, premente com o acréscimo da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano e com a intensificação da formação ao longo da vida, e o do progresso das comunidades, dependente da indução de criatividade na economia.

Alguns engulhos dificultam o cumprimento da missão da Universidade nos Açores. Ao princípio, a precisão da credibilidade, que requeria o reconhecimento das suas congéneres, e a formação de professores, que obrigava a trabalhar em banda larga, aproximaram uma instituição nova e específica do modelo das instituições clássicas e generalistas. Agora, mais do que a individualização de áreas de excelência, à margem da averiguação de recursos e de necessidades, urge o apropriado aproveitamento do saber acumulado por

docentes e investigadores, que garante a formação dos estudantes e o progresso das comunidades. Por falta de meios e de discernimento, em nada ajuda a eternização da atual crise. Porém, há sempre um remedeio, suscetível de obter maior conciliação entre o universo da academia e o conjunto dos cidadãos. Concretamente, na definição das atividades pedagógicas e científicas, a sobreposição da análise da procura à consideração da oferta gera maior consenso, também maior conveniência.

O maior êxito da Universidade dos Açores consiste, entretanto, na aproximação da nossa atividade a mais ilhas e a mais lugares, sem que isso implique necessariamente a construção de novas infraestruturas ou o acréscimo de custos de funcionamento. A utilização de novas tecnologias e a mobilização de apoios locais constituem as estratégias essenciais. Aliás, enquanto reitor da Universidade dos Açores, a propósito de expedições científicas, publicações, conferências e comemorações várias tivemos a gostosa felicidade de visitar todas as ilhas. A mais grata das recordações talvez tenha sido a presidência, na Câmara Municipal da Madalena, a uma sessão de encerramento de um curso de mestrado, que funcionara na ilha do Pico. A mais proveitosa das ações será decerto a oferta consistente de ensino à distância, um imperativo da nossa geografia, que já justificou um programa de formação em cooperação com a Universidade Aberta e a realização de experiências pioneiras.